



O que está sendo feito?

1. Acordo entre MPT e BNDES prevê ações conjuntas para preservar emprego e renda dos brasileiros



Como resultado de articulação interinstitucional iniciada pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giac), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) firmaram acordo de cooperação técnica (ACT) com o objetivo de promover ações conjuntas voltadas à

preservação do emprego e da renda dos brasileiros. O documento prevê a realização de estudos e debates que viabilizem a adoção de medidas de contrapartida social nas ações do BNDES, além das que já são praticadas. Assinaram o termo, nessa quinta-feira (23), em Brasília, o diretor jurídico do BNDES, Saulo Puttini, e o procurador-geral do Trabalho, Alberto Balazeiro.

As duas instituições estreitaram o relacionamento no contexto da crise provocada pela pandemia da covid-19, com interlocução iniciada pelo Giac. Pelo acordo, serão promovidos estudos para a formulação de políticas que garantam o nível de empregabilidade, a inclusão de disposições em caso de demissão em massa, o incentivo a programas de reinserção no mercado de trabalho, de manutenção de renda e emprego, a promoção de negociação coletiva, entre outras medidas. [Leia mais.](#)

2. MPF acompanha grupo de trabalho para criação do Plano de Enfrentamento da Covid-19 para Indígenas

O Ministério Público Federal (MPF) participou, na quarta-feira (22), da primeira reunião do grupo de trabalho (GT) formado para a criação do Plano de Enfrentamento da Covid-19 para Povos Indígenas Brasileiros. Por videoconferência, mais de 80 pessoas se reuniram para iniciar a construção



do plano, que atende decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na ADPF 709, assinada pelo ministro Luís Roberto Barroso. Na decisão, entre outras medidas cautelares, estão previstos a elaboração e o monitoramento do plano de enfrentamento, que deve ser entregue ao Supremo até 7 de agosto. A construção deve ser feita, em comum acordo, pela União e pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), com a participação das comunidades indígenas. O MPF, por meio de representante indicado pela Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, acompanha o GT para garantir a efetiva participação indígena no processo e para contribuir com o aperfeiçoamento do plano. [Leia mais.](#)

3. MPT recomenda à Prefeitura de Goiânia (GO) que providencie serviço de segurança em unidades de saúde

O Ministério Público do Trabalho em Goiás (MPT/GO) expediu notificação que recomenda à administração do município de Goiânia que providencie, urgentemente, serviço de segurança para as unidades de saúde da cidade, para cobrir todo o horário de expediente dos locais (parcial ou 24 horas). A recomendação é motivada pelas denúncias de agressões a profissionais de saúde e pela notícia de que a Guarda Civil Metropolitana, responsável pelo policiamento nas unidades de saúde, teve contingente reduzido, já que cerca de 20% dos servidores estão nos grupos de risco para a covid-19. O MPT solicita que o serviço de segurança seja realizado por pessoas capacitadas na função de vigilância, com treinamento, e em número suficiente à demanda de cada unidade de saúde. [Leia mais.](#)